

“Ponto será cortado”, diz Agnelo

Governador determina a suspensão dos salários de quem não retornar ao trabalho e estuda pedido de apoio ao Executivo federal para garantir a segurança na capital. Sindicato da categoria se reunirá hoje a fim de definir os rumos do movimento, considerado ilegal pelo STF

» ANTONIO TEMÓTEO
» ALMIRO MARCOS

O Governo do Distrito Federal decidiu endurecer o tom com o movimento grevista da Polícia Civil. O Executivo local suspendeu as negociações com a categoria e a diretoria-geral da PCDF afastou do trabalho o agente que chutou a porta de um carro na última terça-feira, durante passeata na Esplanada dos Ministérios. Conforme o *Correio* antecipou na quarta-feira, o governador Agnelo Queiroz (PT) determinou ontem o corte imediato do ponto dos policiais que não voltarem ao trabalho e ainda estuda pedir apoio do governo federal, por meio das Forças Armadas, para garantir a segurança da população.

O Supremo Tribunal Federal (STF) publicou ontem no *Diário da Justiça* a decisão do presidente da Corte, ministro Cezar Peluso, que suspende o movimento e determina a volta imediata ao trabalho. Além disso, à tarde, a juíza substituta da 8ª Vara Cível Magáli Dellape Gomes determinou que o Sindicato dos Policiais Cíveis do DF (Sinpol-DF) seja notificado oficialmente, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil em caso de descumprimento.

Durante a posse de servidores da saúde, que ocorreu ontem no Teatro Nacional, Agnelo reafirmou que a Polícia Civil não terá aumento salarial, contestou a representatividade do sindicato e revogou todas as propostas feitas anteriormente. O governador também avisou que “o GDF vai fazer rigorosamente o corte do ponto”.

Segundo o chefe do Executivo, o governo negociou até o que era impossível com o sindicato. “Na última assembleia, havia 200 pessoas para decidir os rumos de uma categoria que tem mais de 6 mil integrantes. Eles estão radicalizando”, disse Agnelo.

Breno Fortes/CB/D.A Press - 22/11/11



O policial flagrado na última terça-feira chutando um carro durante manifestação foi afastado das funções: investigação da corregedoria

O secretário de Administração, Wilmar Lacerda, assegurou que o Distrito Federal não ficará sem segurança e, se for necessário, será solicitado apoio das Forças Armadas. O diretor-geral da Polícia Civil, Onofre José de Moraes, garantiu que todas as medidas legais serão tomadas para que os policiais voltem ao trabalho. “Não vamos descumprir uma decisão do maior tribunal do país. Como eu vou pagar quem não vai trabalhar? Se a greve é ilegal, o policial tem que voltar”, completou

Adequação

O vice-presidente do Sinpol, Luciano Marinho, disse que os representantes da categoria foram convocados para uma reu-

nião hoje na sede da entidade. O objetivo de definir os rumos da paralisação. Após o encontro, uma assembleia deverá ser marcada para os próximos dias. Segundo Marinho, o movimento será adaptado à realidade imposta pela decisão do STF, mas ele acredita, no entanto, que há perseguição do governo ao movimento.

“A última coisa que queremos é enfrentar uma decisão do Supremo. Se o governo tivesse mais responsabilidade com a segurança pública, teria acenado com atitudes mais razoáveis. Entendemos que esse posicionamento é enérgico. Não houve tempo de nos reunirmos porque não fomos notificados. O governo poderia ter cumprido o que nos ofereceu antes da greve.”

Análise da notícia

Inversão de valores

O respeito irrestrito aos direitos fundamentais, a integração com a sociedade e o absoluto compromisso com o inalienável dever de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Segundo o site da Polícia Civil do Distrito Federal, essas são algumas funções exercidas pelos agentes da corporação. Ao descumprir decisão que considerou ilegal a greve que completa hoje 36 dias, a categoria despreza e desafia determinação da mais alta Corte de Justiça do país.

Com salário inicial de aproximadamente R\$ 7 mil, os agentes do

DF são os mais bem remunerados do Brasil. A paralisação, quase que total, dos serviços pune duas vezes o cidadão brasileiro, que, depois de ser vítima de algum crime, nem sequer consegue registrar a ocorrência na delegacia.

Na última terça-feira, um motorista teve o carro acertado por um chute de um policial civil que participava de manifestação na Esplanada dos Ministérios. Como se não bastasse deixar a população desassistida, alguns policiais — não todos, ressalte-se — ultrapassam qualquer limite de um protesto civilizado.

Conduta investigada

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) afastou ontem o agente que, na última terça-feira, chutou um Ford Ka preto durante passeata dos grevistas na Esplanada dos Ministérios. A imagem foi publicada com exclusividade pelo *Correio* na edição de quarta-feira. Uma sindicância foi aberta pela Corregedoria-Geral da PCDF para apurar o fato. Até o fim do processo, no entanto, o policial, que está de férias, deixará as atividades que desempenha em uma delegacia circunscrição e ficará lotado no Departamento de Administração Geral.

O diretor-geral da Polícia Civil, Onofre José de Moraes, disse à reportagem que a nova administração não tolerará qualquer comportamento que vá de encontro com a imagem e a ética da corporação. Depois de bloquear as faixas que circundam o Congresso Nacional durante a passeata, os grevistas fizeram um apito em frente ao Supremo Tribunal Federal. Foi quando o condutor de um Ford Ka tentou ultrapassar os manifestantes e teve o veículo danificado por um deles. O motorista ainda foi agredido verbalmente. “Se for macho, para o carro”, teria dito o agente. Segundo Moraes, essas atitudes serão coibidas energeticamente.

Segundo o corregedor-geral da PCDF, Adval Cardoso de Matos, possivelmente uma suspensão será aplicada ao policial e ele ficará sem remuneração durante esse período. “Mas o prejuízo maior não é o financeiro. Se o agente não tiver um curso de progressão de carreira e quiser fazer, ele perderá esse direito. Por ser policial civil, ele está sujeito a uma punição maior”, detalhou

Para o presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do DF (Sinpol-DF), Ciro de Freitas, o agente não chutou o Ford Ka preto na Esplanada dos Ministérios. “Quem estiver acusando vai ter que provar”, disse. Segundo Freitas, foi um fato isolado e o sindicato se empenhara na defesa do colega. (AT)